

LEVANTAMENTO DO POTENCIAL REAL DE COGERAÇÃO DE EXCEDENTES NO SETOR SUCROALCOOLEIRO”

Suani Teixeira Coelho – Secretária Executiva do CENBIO
Carlos Eduardo Machado Paletta
Patricia Guardabassi
Rodrigo Gonçalves Pires
Orlando Cristiano da Silva
Armando Gomes Filho

CENBIO – Centro Nacional de Referência em Biomassa
Avenida Prof. Luciano Gualberto, 1289 - Cidade Universitária
05508-010 - São Paulo/SP – Tel/Fax (11) 3818-2655

1. RESUMO

Este trabalho, pioneiro no país, foi executado pelo CENBIO – Centro Nacional de Referência em Biomassa / BUN – Biomass Users Network, para a OMM – Organização Mundial de Meteorologia e para a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica/Superintendência de Informações Hidrológicas, com a anuência do MME - Ministério de Minas e Energia/Secretaria de Energia e do MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia/Fórum Permanente de Energias Renováveis com a finalidade de fornecer informações referentes à possibilidade de geração de energia elétrica no setor sucroalcooleiro no país, através do levantamento e análise dos projetos existentes neste setor. O trabalho contou com a colaboração do Centro de Tecnologia da Copersucar – CTC, da União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo – UNICA, da Comissão de Serviços Públicos do Estado de São Paulo / CSPE/SP e da Universidade de Pernambuco.

O levantamento efetuado fornece subsídios para o estabelecimento de políticas para o aumento da oferta de energia elétrica no país, não apenas em

termos conjunturais, em vista da crise na oferta de energia, mas também em termos estruturais, visando a implementação de uma matriz energética renovável e sustentável.

O potencial técnico de geração de eletricidade calculado para o setor sucroalcooleiro atinge 3.852 MW, que podem ser gerados o ano todo (energia firme), potencial este que pode ser efetivamente aproveitado com a introdução de tecnologias mais eficientes, que já são comercializadas no país. Esse potencial, correspondendo à geração também na entressafra, depende da introdução da colheita de cana crua, de forma a garantir a oferta de biomassa (40% de palha, com 15% de umidade). Entretanto, são raros os projetos em andamento atualmente que consideram esta opção .

Apesar do potencial existente, os dados levantados mostram que a efetiva disponibilização de energia excedente pelas usinas de cana-de-açúcar encontra-se, em 2001, ainda em patamares muito inferiores ao potencial técnico mencionado. Até setembro de 2001, havia 132 MW sendo disponibilizados por 28 usinas do país, correspondendo a 11% do potencial técnico destas usinas e apenas 3,4% do potencial total técnico possível para o país.

Há também projetos nas diferentes regiões, totalizando perspectivas de 1.578 MW excedentes (aqui incluídos os projetos aprovados e em análise no BNDES até então).

Entretanto, deve ser ressaltado que estas perspectivas de projetos levantadas somente se viabilizarão se houver políticas adequadas.

Observa-se também que, em vários casos, as usinas optam por aumentar significativamente sua produção de cana-de-açúcar, mas não há investimento em tecnologias mais eficientes, pela falta de viabilidade econômica.

Ocorre, frequentemente, a escolha por tecnologias de geração com eficiência inferior àquela que seria desejável – e possível, pois as tecnologias correspondentes existem e são comercializadas no país. O preço atualmente ofertado pelas concessionárias não viabiliza as opções mais eficientes e, em muitos casos, não há a possibilidade de contratos de longo prazo, pela falta de interesse da concessionária, além de outras dificuldades.

A este respeito deve ser ressaltado que, atualmente, o Valor Normativo para a biomassa (R\$ 94,33/MWh em Julho de 2001) é inferior ao valor normativo para energia de termelétricas (UTE's) a gás natural (R\$ 106,40/MWh, em Julho de 2001). Considerando-se que o Valor Normativo foi estabelecido como um sinal de orientação para o mercado, o menor valor para a biomassa pode sinalizar uma maior importância para a geração com térmicas a gás natural. Faz-se, portanto, necessário que o Valor Normativo para a biomassa seja revisto, não apenas com base na metodologia definida para sua correção, mas também por comparação com aquele das UTE's a gás.

Um outro aspecto a considerar é que condições especiais de financiamento, com taxas de juros menores para o caso de tecnologias mais eficientes, certamente colaborarão para incentivar a realização do enorme potencial existente no país.

Como há vários projetos sendo propostos no setor, uma análise mais superficial pode levar à conclusão (equivocada) de que não há necessidade de políticas especiais para a biomassa. Entretanto, quando são analisados, mais profundamente, os projetos em andamento, verifica-se que, em muitos casos, são as tecnologias menos eficientes

que estão sendo empregadas.

Uma vez que os equipamentos em questão têm vida útil de até 25 anos, e que o momento atual corresponde à necessidade de troca, a não- implementação das tecnologias mais eficientes irá comprometer a geração de energia no setor por um período igual.